



12 DE DEZEMBRO DE 2011
Segunda – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 48/2011 - DAL/FIEP(ANEXO)**
- **MERCADO SÓ GERA EMPREGO QUE PAGA ATÉ DOIS SALÁRIOS**
- **RECEITA SIMPLIFICA DECLARAÇÃO DE IR**
- **COM MAIS PODER, CADE MUDA EM 2012**
- **FOCUS: ESTIMATIVA PARA INFLAÇÃO EM 2012 CAI PARA 5,42%**
- **MICROSOFT E NISSAN FORMAM PARCERIA PARA DESENVOLVER SISTEMAS**
- **BANCOS SUPERAM MARCA DE R\$ 100 BI EM TRIBUTOS FEDERAIS PAGOS NO ANO**
- **NACIONALIZAÇÃO DE AUTOPEÇAS EM ACORDO COM ARGENTINA PODE SUPERAR 65%**
- **STJ PERMITE PENHORA SALARIAL PARA QUITAR DÍVIDA**
- **TST ABRE CONSULTA AO CADASTRO DE DEVEDORES**
- **BRASIL E ARGENTINA EXIGIRÃO MAIS PEÇAS LOCAIS**
- **GOVERNO EXIGIRÁ MAIS CONTEÚDO LOCAL PARA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA**
- **SANCIONADA LEI QUE FIXA A ALÍQUOTA MÁXIMA DO IOF SOBRE DERIVATIVOS**

Câmbio Em 12/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,827	1,828
Euro	2,419	2,421

Fonte: BACEN

Mercado só gera emprego que paga até dois salários

12/12/2011- Gazeta do Povo

O número de empregados com carteira assinada no Brasil aumenta desde 2000. Nesses quase 12 anos, o mercado formal absorveu 14,7 milhões de pessoas, o que resultou em avanços na qualidade de vida da população, em uma significativa ampliação da classe média e, conseqüentemente, no desenvolvimento de um novo e cobiçado público consumidor. No entanto, essa expansão do emprego ocorreu de forma desigual em termos de salário: os novos postos de trabalho se concentraram em vagas de baixa remuneração, que pagam no máximo dois salários mínimos mensais – o equivalente, hoje, a R\$ 1.090. Para quem pensa em ingressar numa empresa ganhando mais que isso, o mercado encolheu.

Segundo dados levantados pela Gazeta do Povo na base on-line do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre janeiro de 2000 e outubro de 2011 o país criou 18,5 milhões de empregos de até dois mínimos e, em sentido oposto, fechou 3,8 milhões de vagas mais bem remuneradas. Coordenado pelo Ministério do Trabalho, o Caged registra as contratações e demissões de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – não inclui, portanto, militares e funcionários públicos estatutários.

Foi-se o tempo em que os profissionais da área de gestão de pessoas ficavam sentados à espera de currículos. Ao menos em alguns setores, como o de prestação de serviços terceirizados, o profissional de RH precisa correr atrás de candidatos.

Devido à escassez de funcionários no setor de prestação de serviços em asseio e conservação, Karen Hruschka e Érika Inocência, respectivamente coordenadora e analista de gestão de pessoas da Higi Serv, se revezam entre o escritório e novenas, postos de saúde, terminais de ônibus e ruas da cidadania. A intenção é tentar fisgar novos funcionários em locais de grande circulação de pessoas.

A estratégia parece funcionar. Todos os meses a empresa preenche 250 vagas para serventes de limpeza e vigias, por exemplo. Desse total, Karen calcula que pelo menos 40% dos novos funcionários venham “no laço”. “Temos agenda antecipada, com pelo menos 15 dias, para irmos a igrejas de todas as religiões. E muitas vezes encontramos concorrentes”, conta. Na semana passada, elas não puderam entrar na Igreja do Carmo porque outra agência estava fazendo divulgação no local. “Quando isso acontece, ficamos no portão para entregar panfletos e falar das vagas em aberto”, conta Karen.

No início do mês, elas costumam ir a Armazéns da Família (programa da prefeitura de Curitiba que oferece à população de baixa renda produtos mais baratos), porque é lá que estão os possíveis candidatos, gastando o salário no mercado. Às quartas-feiras, os “points” são as igrejas, por causa das novenas. Sexta-feira é dia de rodar terminais de ônibus e Ruas da Cidadania para afixar cartazes para o fim de semana.

Sem o “corpo a corpo”, o número de vagas abertas da Higi Serv – 120 – seria muito maior. “Não vejo perspectivas de zerar essa fila tão cedo e não tenho dúvidas de que precisamos dessas ações. Se ficasse só no escritório não conseguiria encontrar profissionais”, diz Karen.

O salário médio de uma servente de limpeza – função que representa cerca de 70% das vagas abertas – é de R\$ 621, mais benefícios como vale-alimentação, vale-transporte e planos de saúde e odontológico.

Com a exceção de alguns poucos setores da economia, a única maneira de ser contratado recebendo mais de dois salários mínimos no Brasil é investir na educação desde cedo e ir além do ensino médio completo. Um recorte das informações do Caged mostra que só a partir do ensino superior, mesmo quando incompleto, é que vagas com ganhos maiores são efetivamente criadas no país. Tal comportamento pode ser explicado, em grande parte, por duas consequências do crescimento estável do Brasil nos últimos anos: a substituição das funções de média complexidade por máquinas, softwares e outros instrumentos tecnológicos; e a emergente classe C, que aumentou a demanda por serviços pouco qualificados.

A retração do mercado para faixas salariais mais altas não é um fenômeno novo. Mas chama atenção o fato de que ele persiste, indiferente ao aquecimento da economia, à disputa cada vez mais acirrada por profissionais e aos sintomas de “apagão” de mão de obra em alguns setores. As empresas até contratam trabalhadores por mais de dois salários. O problema é que, no conjunto da economia, as demissões nessa faixa salarial superam as admissões, o que torna negativo o saldo de empregos – em outras palavras, há um fechamento de postos de trabalho.

Entre janeiro e outubro de 2011, as empresas brasileiras admitiram 2,7 milhões de pessoas por uma remuneração superior a dois mínimos, mas dispensaram 2,86 milhões de funcionários nessa condição. Ou seja, em dez meses, foram extintas cerca de 160 mil vagas nessa faixa salarial. Quem está garantindo o crescimento do emprego formal são os postos mais “baratos”: com 14,84 milhões de contratados e 12,76 milhões de demitidos, o saldo das vagas de até dois salários ficou positivo em

2,08 milhões. A situação não é diferente no Paraná, onde o mercado gerou 156 mil empregos de até dois salários e fechou 14 mil postos mais "caros".

Mesmo profissionais com ensino superior completo têm sido contratados para receber menos de dois salários. De janeiro a outubro, quase 77 mil brasileiros formados aceitaram trabalhar recebendo até 1,5 mínimo, o equivalente a R\$ 817,50 – para efeito de comparação, em Curitiba há anúncios oferecendo salário de R\$ 800 para empregados domésticos.

Setores

De uma lista de sete grandes setores da economia brasileira, apenas administração pública e serviços criaram vagas de remuneração superior a R\$ 1.090 neste ano. Mesmo assim, em número limitado: dos 806 mil empregos criados por empresas prestadoras de serviços, apenas 33 mil pagam acima desse valor. Na administração pública, a divisão foi mais equilibrada: 10 mil das 28 mil vagas abertas estão na faixa de cima. Dentro do setor industrial, só a indústria extrativa mineral (7 mil vagas, de um total de 17 mil novos empregos) e a de veículos (441 de 27,4 mil) geraram postos de maior valor.

Mínimo subiu 60% mais que inflação desde 2001

Um dos fatores que explicam a expansão das vagas de até dois salários mínimos e a extinção de postos mais bem pagos está na forte valorização do salário mínimo. "Ganhar dois mínimos hoje significa receber muito mais, em termos reais, que há dez anos", diz José Márcio Camargo, economista da Opus Gestão de Recursos e professor da PUC-Rio.

Entre 2001 e 2011, o valor do mínimo triplicou, passando de R\$ 180 para R\$ 545, aumento quase 60% superior ao da inflação do período. Com isso, aumentou o número de pessoas que recebem até dois salários – o equivalente a R\$ 360 há dez anos e a R\$ 1.090 hoje. Em 2012, o benefício subirá quase 15%, novamente acima da inflação, para R\$ 625, segundo a última estimativa do governo.

O economista Fábio Romão, da LCA Consultores, lembra que o aumento da formalização, sobretudo a partir de 2004, incluiu nos dados do Caged um grande contingente de trabalhadores de baixa remuneração. "A inclusão de trabalhadores até então informais engordou a base da pirâmide salarial do emprego formal."

Para Camargo, da PUC-Rio, outra explicação está em uma mudança estrutural vivida pela economia brasileira. "O setor mais dinâmico da economia nos últimos anos tem sido o de serviços. E ele tende a pagar salários mais baixos que a indústria, que vem perdendo força."

Diferença natural

Há, ainda, o fato de que o salário dos recém-contratados é, em geral, inferior ao dos que perdem o emprego. "Essa diferença é natural. Ruim é quando ela aumenta, algo que não tem ocorrido", diz Cid Cordeiro, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-PR). Para ele, a rotatividade como

estratégia de contenção de gastos – a troca trabalhadores “caros”, com mais tempo de casa, por outros mais jovens e “baratos” – ainda existe, mas “diminuiu muito”. “Boa parte da rotatividade se deve hoje ao trabalhador, que pede demissão para trabalhar em outro lugar, por salário melhor.”

Receita simplifica declaração de IR

12/12/2011- Gazeta do Povo

Depois de apertar os contribuintes Pessoa Jurídica, tentando cercar possíveis canais de sonegação, a Receita Federal promete, a partir de 2014, adotar uma série de medidas para flexibilizar o fluxo de informações e desburocratizar o envio de dados não só para as empresas, mas também para o trabalhador. Daqui a pouco mais de dois anos, Pessoas Físicas que tenham uma só fonte e escolherem o modelo simplificado de declaração não precisarão entregar a declaração do Imposto de Renda (IR) ao governo.

O que o Fisco estuda é tirar do trabalhador a responsabilidade de enviar anualmente para o governo os dados sobre seus rendimentos. A partir de 2014, quando é declarado o dinheiro recebido em 2013, será a própria Receita que fará esse “serviço”. Para isso, o governo usará as informações passadas pelo empregador. O contribuinte terá apenas que confirmar se o que foi apresentado está correto ou não.

O projeto do Fisco foi divulgado no final de semana pela Agência Brasil e não leva em conta os contribuintes que possuem duas ou mais fontes de renda. Dessa forma, nada deve mudar para essa fatia da população. Outro senão é para o grupo de pessoas que precisam prestar informações extras, como despesas médicas, odontológicas e com educação. A Receita alega que não tem como saber com antecedência qual foi o volume de gastos.

Empresas

Também para 2014, a Receita prevê a simplificação da entrega de informações pelas empresas para reduzir custos e agilizar a checagem dos dados pelo Fisco. Ao todo, serão extintas oito declarações. As primeiras serão setoriais, mas está no cronograma o fim da Declaração de Informações Econômico Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ) para as empresas de grande porte. No ano seguinte, a DIPJ também deixará de ser obrigatória para outras companhias.

Na semana passada, o setor de bebidas já passou a contar com a extinção da Declaração de Informações Fiscais (DIF). O próximo documento a ser extinto será a Declaração do Imposto Territorial Rural (DITR) para os tipos de imóveis imunes ou isentos de tributos, como de agricultura familiar. Os demais ainda são “segredo”. Outra simplificação será a forma de apuração da declaração do PIS e da Cofins. A ideia é levar a proposta ao Congresso em já em 2012.

Em qualquer um dos projetos de simplificação da Receita a serem colocadas em prática para facilitar a vida do contribuinte não está prevista a redução da carga tributária. Aliás, o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, disse que, apesar do esfriamento da economia brasileira em 2012, a expectativa é de que haja um crescimento da arrecadação federal.

Os recursos, de acordo com Barreto, serão suficientes para garantir o pagamento dos gastos do governo e contribuir para a geração de um superávit nas contas públicas.

Pelos cálculos do secretário, pelo menos R\$ 18 bilhões estarão à disposição do governo como receita extraordinária no ano que vem.

Com mais poder, Cade muda em 2012

12/12/2011- Gazeta do Povo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) promete virar uma página importante de sua história em 2012, com a entrada em vigor da lei que confere mais poderes à autarquia e parâmetros novos para o ambiente concorrencial. Até lá, no entanto, o órgão antitruste contará com uma série de mudanças que, no limite, poderá até paralisar julgamentos por algumas sessões. Já em janeiro expiram os mandatos de três peças-chave da instituição. No dia 18, saem o presidente Fernando Furlan, o procurador-geral Gilvandro Araújo e o conselheiro Ricardo Ruiz, que está à frente de três negociações marcantes com o setor privado: Sadia e Perdigão, Gol e Webjet e Amil e Dasa. No lugar de Furlan entra em cena como presidente Olavo Chinaglia, que é o decano da instituição. Esse tipo de substituição geralmente é feito por um período curto de tempo, mas, como a lei do Super Cade só começará a valer em junho, Chinaglia ficará à frente da autarquia até as vésperas do fim do seu mandato, em agosto.

Focus: estimativa para inflação em 2012 cai para 5,42%

12/12/2011- Gazeta do Povo

Analistas do mercado financeiro reduziram pela segunda semana seguida a estimativa de inflação medida pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** para 2012. Desta vez, a projeção passou de 5,49% para 5,42%.

Para 2011, a estimativa foi mantida no teto da meta de inflação para este ano – 6,5%. O centro da meta de inflação é 4,5%, com margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Essas projeções estão no boletim Focus, publicação semanal do **Banco Central (BC)**, elaborada com base em estimativas do mercado financeiro para os principais indicadores da economia.

As alterações na taxa básica de juros, a **Selic** – que atualmente está em 11% ao ano – são o principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação. Para o final de 2012, os analistas voltaram a reduzir a projeção de 9,75% para 9,5% ao ano.

A pesquisa do BC também traz estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), que foi mantida em 5,68%, neste ano, e passou de 5,18% para 5,21%, em 2012.

A expectativa para o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), em 2011, foi ajustada de 5,75% para 5,65%, este ano, e de 5,24% para 5,19%, em 2012. Para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), neste ano, a projeção passou de 5,75% para 5,64%. No caso de 2012, a previsão passou de 5,29% para 5,19%.

A estimativa dos analistas para os preços administrados foi mantida em 6%, neste ano, e em 4,5%, no próximo. Os preços administrados são aqueles cobrados por serviços monitorados, como combustíveis, energia elétrica, telefonia, medicamentos, água, educação, saneamento e transporte urbano coletivo.

Microsoft e Nissan formam parceria para desenvolver sistemas

12/12/2011- Valor Econômico

A Microsoft e a Nissan anunciaram uma parceria para desenvolver uma nova geração de sistemas de gerenciamento para as concessionárias da montadora. Os novos produtos serão baseados no Microsoft Dynamics CRM, software de gerenciamento de relacionamento com cliente, e irão usar a plataforma Windows Azure, sistema operacional em nuvem da Microsoft.

A partir da associação do Microsoft Dynamics CRM com a experiência da Nissan no setor automotivo, a ideia é criar sistemas que auxiliem a montadora a aprimorar o relacionamento com seus clientes, bem como ampliar as vendas das concessionárias e a participação global de mercado da fabricante japonesa, informou um comunicado distribuído pelas duas companhias.

Inicialmente, o novo sistema será lançado para as redes de concessionárias da Nissan no Japão e outras regiões estratégicas para a montadora no mundo até o fim de 2013.

Bancos superam marca de R\$ 100 bi em tributos federais pagos no ano

12/12/2011- Valor Econômico

O recolhimento de impostos e contribuições proveniente dos bancos superou em novembro a cifra de R\$ 100 bilhões no resultado acumulado do ano. O desempenho recorde será apresentado nos próximos dias pela Receita Federal e está associado ao caráter de intermediação do setor.

A cifra reforça a posição dos bancos como segmento líder entre os dez setores que, direta e indiretamente, proporcionam as maiores receitas tributárias. O segundo lugar é ocupado pelas empresas de extração de minerais metálicos, com R\$ 13,8 bilhões. Nesse ranking, não por acaso, as corretoras ocupam o oitavo lugar, com repasses de R\$ 10,2 bilhões.

Entre janeiro e outubro, os tributos provenientes dos bancos somaram R\$ 95,9 bilhões, 23% acima, em termos reais, do montante contabilizado em igual período de 2010. Em novembro, dados preliminares fornecidos pela área econômica indicam que esse número se aproximou de R\$ 103 bilhões.

Além de elevada, essa cifra está concentrada em um número pequeno de instituições financeiras, no qual figuram Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander.

O desempenho decorre de dois fatores. É, primeiramente, resultado do forte caráter de intermediação que as instituições financeiras possuem. Essa característica se acentuou com a ampliação do crédito na economia e com a decisão do governo de aumentar a tributação sobre empréstimos e financiamentos.

Entre 2005 e 2011, as estatísticas do Banco Central mostram que a proporção do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 28% para 46%. Nesse período, a arrecadação oriunda do setor financeiro passou de R\$ 76 bilhões para R\$ 103 bilhões no mês passado.

Com maior número de pessoas físicas e jurídicas contratando empréstimos e financiamentos, a base de incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aumentou expressivamente.

Simultaneamente, o governo federal fez ajustes nas alíquotas do IOF de forma a compensar o fim da cobrança da CPMF a partir de 2008. Somente o IOF rendeu ao governo R\$ 26,6 bilhões.

O maior contingente de investidores do mercado financeiro também ampliou os repasses, já que os bancos retêm o Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos do capital e remessas ao exterior. O Imposto de Renda total recolhido pelos bancos e repassado ao governo federal passou de R\$ 27,6 bilhões em 2005 para R\$ 41,2 bilhões neste ano.

Além da arrecadação proveniente do caráter de intermediação, há os tributos que incidem diretamente sobre a atividade bancária. Neste ano, esse montante somou R\$ 32,8 bilhões até outubro, dado oficial mais recente. Como esse é um resultado parcial, a performance consolidada em 2011 será superior aos R\$ 38,6 bilhões registrados em todo o ano passado.

Com esse desempenho, os bancos figuram no segundo lugar no ranking dos 14 setores com as maiores receitas tributárias que incidem sobre serviços, produção, receita e lucro. Perdem apenas para os fabricantes de veículos. No segmento das corretoras, a arrecadação de R\$ 10,2 bilhões é 23% maior que a verificada em 2010. Esses cálculos excluem a receita da contribuição previdenciária.

Nacionalização de autopeças em acordo com Argentina pode superar 65%

12/12/2011- Valor Econômico

O percentual de nacionalização de autopeças dentro do regime automotivo do Mercosul, atualmente de 65%, poderá ser elevado, de acordo com o assessor internacional da presidência, Marco Aurélio Garcia. De acordo com Garcia, que participou na tarde de ontem de uma reunião de cinco horas com os ministros do Desenvolvimento do Brasil, Fernando Pimentel, e da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, "esta é uma política dos dois governos e se tentará fazer um movimento coletivo com os demais países do bloco".

De acordo com Garcia, "mais importante que o percentual será chegar uma redução do déficit da balança do setor", que ele estimou em atualmente US\$ 22 bilhões. "A meta é reduzir ao máximo este déficit, sem a ilusão de zerá-lo", disse. O assessor disse que o bloco comercial tem como objetivo estratégico a longo prazo tornar-se um exportador de autopeças.

Garcia afirmou que a decisão de trabalhar para uma mudança do regime automotivo, algo já em estudo pelos dois governos há algum tempo, foi sacramentada na última reunião entre as duas presidentes, na semana passada em Caracas. "Os dois países já adotaram medidas isoladas nesta direção", comentou o assessor.

STJ permite penhora salarial para quitar dívida

12/12/2011- Valor Econômico

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão recente, autorizou a penhora de parte do salário de um trabalhador para o pagamento de uma dívida. A possibilidade foi permitida pela Corte porque o débito foi considerado de natureza alimentar, ou seja, destinado ao sustento da outra parte. O caso levado à análise da 3ª Turma é de um advogado que cobrava na Justiça o recebimento dos honorários de sucumbência, que por lei é devido pela parte que perde o processo. Trata-se de um dos primeiros casos em que o STJ autorizou o bloqueio de salário para essa finalidade.

A legislação processual brasileira proíbe a penhora absoluta de salários e rendimentos. Mas o artigo 649 do Código de Processo Civil (CPC), que veda a possibilidade, abre uma exceção em seu parágrafo segundo e a autoriza quando se trata do pagamento de prestação alimentícia. No recurso julgado, o STJ equiparou o honorário de sucumbência à dívida de natureza alimentar, permitindo, portanto, o bloqueio salarial.

O advogado responsável pela ação, Adriano Athayde Coutinho, do escritório Martins Coutinho Advogados, explica que seu cliente também é advogado. Contra ele, um servidor público ajuizou uma ação, cujo pedido foi negado pelo Judiciário. Tendo perdido o processo, o trabalhador foi condenado a pagar honorários de sucumbência à outra parte da ação, no caso, o advogado. Coutinho afirma que devedor não quitou o débito e não foram encontrados bens que pudessem ser penhorados. Por esse motivo, ele entrou com um pedido judicial para que 30% do salário do servidor fossem bloqueados mensalmente até o pagamento total da dívida. O pedido foi negado pela primeira instância e pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), que entenderam ser impenhoráveis os salários. Também consideraram que os honorários de sucumbência não teriam natureza alimentar, apenas o honorário contratual.

Coutinho, além de argumentar que a natureza alimentar do honorário de sucumbência já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo STJ, afirma que não pediu o bloqueio total do salário, mas um percentual de 30%, dentro de um parâmetro razoável. "Não vou levar à ruína o devedor", diz.

O relator do recurso no STJ, ministro Sidnei Beneti, dentre outros pontos, considerou a própria jurisprudência da Corte e do Supremo que reconhecem o caráter alimentar dos honorários de sucumbência. Nesse sentido, o ministro entendeu que o valor cobrado entraria na exceção do artigo 649 do CPC.

O advogado André Ribeiro Dantas, do Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica, afirma que o entendimento do STJ está absolutamente perfeito e decorre da jurisprudência e da legislação.

O advogado José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, diretor do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) e especialista em processo civil, afirma que a decisão é um avanço na garantia ao pagamento dos honorários de sucumbência. Ele lembra que hoje discute-se no Congresso, no âmbito do projeto de reforma do CPC, a possibilidade de penhora de salários, mas a partir de critérios razoáveis.

TST abre consulta ao cadastro de devedores

12/12/2011- Valor Econômico

Empresas interessadas em quitar pendências trabalhistas, e cumprir as novas exigências para contratação com o Poder Público, poderão consultar sua situação com a Justiça a partir de quinta-feira. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) abrirá um processo de consulta prévia ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - que reúne dados do país sobre condenações definitivas na Justiça do Trabalho, cujos débitos estejam ainda em fase de execução.

O cadastro servirá de base para a emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que a partir do dia 4 de janeiro, será exigida de todas as empresas que queiram participar de licitações do governo.

Segundo o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, a consulta prévia ao cadastro, prevista para terminar no dia 3, foi motivada por um pedido das próprias empresas, interessadas em cumprir as obrigações previstas na Lei nº 12.440, publicada em 8 de julho, que exigiu a certidão negativa de débitos trabalhistas. Em reunião na semana passada com presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), Dalazen explicou que foi procurado por setores que contratam frequentemente com o Poder Público - como o de telecomunicações -, que solicitaram um acesso prévio ao banco de dados para quitar eventuais dívidas até 3 de janeiro.

O cadastro dos devedores trabalhistas poderá ser acessado pelo site do TST na internet. A empresa poderá consultar sua situação informando o CNJP. O banco de dados também estará disponível para consulta pública. Durante esse período, será possível emitir certidões negativas em caráter informativo, mas sem valor legal, pois o cadastro está em fase de consolidação.

Antes de abrir o acesso ao banco de dados, o TST anunciou uma auditoria no cadastro. Cada tribunal regional recebeu um ofício com uma relação de 30 processos escolhidos aleatoriamente, que serão conferidos para identificar eventuais falhas no novo sistema.

A partir do dia 4, a CNDT será expedida gratuitamente, de forma eletrônica, pelos sites dos tribunais regionais. Para débitos garantidos com penhora em valor suficiente, ou com a exigência suspensa por conta de recurso, será emitida uma certidão positiva, com o mesmo efeito da negativa. Por outro lado, a certidão positiva indicará inadimplência da empresa em relação a dívidas resultantes de decisões transitadas em julgado, acordos firmados com o Ministério Público do Trabalho (MPT) ou comissões de conciliação prévia. Empresas nessa situação ficam impedidas de participar de licitações.

A certidão vale para todos os estabelecimentos, agências e filiais da empresa, e se somará às exigências atuais de regularidade fiscal e previdenciária. Servidores do TST farão um plantão no recesso de fim de ano para trabalhar no cadastro nacional.

A expectativa do presidente do TST é que a certidão funcione como mecanismo de coerção para que as empresas cumpram as condenações trabalhistas. Segundo Dalazen, de cada cem empregados que ganham uma causa na Justiça do Trabalho, somente 31 recebem seus créditos no fim. Isso significa que, atualmente, cerca de 2,5 milhões de trabalhadores esperam para receber valores já reconhecidos em decisões judiciais.

Entre 28 de novembro e 2 de dezembro, o TST fez um mutirão nacional para levantar, nos arquivos dos fóruns trabalhistas, ações de execução que estão há anos à espera de um desfecho, mas não são cumpridas pela falta de localização de bens do devedor.

Brasil e Argentina exigirão mais peças locais

12/12/2011- Newsletter Automotive Business

Brasil e Argentina negociam um novo acordo comercial para o setor automotivo, segundo decisão anunciada na sexta-feira, 9, após reunião entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e a ministra da Indústria Argentina, Débora Giorgi, em Buenos Aires. Segundo nota divulgada pelo ministério argentino, "houve acordo para avançar em direção a um regime automotivo bilateral baseado em uma **maior exigência de conteúdo regional de autopeças**, que privilegie aumentar o valor agregado e o desenvolvimento de fornecedores nacionais com maior conteúdo tecnológico".

A nota diz ainda que os dois países vão "avançar na integração produtiva em setores estratégicos como autopeças, gás e petróleo, indústria naval, aeronáutica e defesa". O comunicado oficial destaca que esse processo é parte do Mecanismo de Integração Produtiva, o qual "deve envolver de maneira ativa as empresas multinacionais, para que estas desenvolvam fornecedores locais e o processo de desenvolvimento tecnológico na região". Segundo o texto, o Brasil e a Argentina também "decidiram aumentar a participação regional no comércio, no curto prazo, e facilitar mecanismos binacionais de financiamento para fomentar o acesso aos mercados".

De acordo com o texto distribuído pelo governo argentino, "a delegação brasileira se comprometeu a informar, no transcurso da próxima semana, sobre o modo pelo qual poderá instrumentar o acesso de fornecedores argentinos ao seu sistema de compras públicas".

A delegação brasileira não distribuiu nota e também não falou com a imprensa sobre a reunião, que durou todo o dia na capital argentina. Além de Pimentel e Débora, participaram das negociações o secretário-executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, e o secretário-executivo do Ministério da Indústria Argentina, Eduardo Bianchi, e os embaixadores Enio Cordeiro (Brasil) e Luis María Kreckler (Argentina).

Governo exigirá mais conteúdo local para indústria automotiva

12/12/2011- Newsletter Automotive Business

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse na sexta-feira, 9, que o governo brasileiro vai aumentar a exigência de conteúdo nacional para as indústrias automotiva e de tecnologia. Segundo ele, o primeiro setor a ser atingido é o automotivo, que passa por fase de conclusão de estudos. "A presidenta (Dilma Rousseff) tem a determinação de aumentar o conteúdo local das indústrias estrangeiras que entram no País", afirmou o ministro durante encontro com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), na capital paulista.

Mercadante classificou como pequena a porcentagem de 65% de exigência de conteúdo nacional nos carros fabricados no Brasil, como prevê a regra atual para que as montadoras deixem de pagar até 30 pontos percentuais a mais de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos importados. "O Brasil tem espaço para exigir mais conteúdo nacional. Na China, essa exigência é de 90%. O que exigimos aqui, 65%, está aquém do exigido pelo Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)", disse.

Sancionada Lei que fixa a alíquota máxima do IOF sobre derivativos

12/12/2011- Notas COAD

Foi publicada, no Diário Oficial de hoje, 9/12, a Lei 12.543/2011, resultante do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 539/2011. Esta Lei mantém a alíquota máxima de 25% do IOF incidente nas operações que envolvem contratos de derivativos e a obrigatoriedade de os contratos celebrados a partir de 27/7/2011 serem registrados em câmaras ou prestadores de serviço de compensação, liquidação e de registro autorizados pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Como novidade a Lei 12.543/2011 traz:

- a pessoa jurídica exportadora poderá descontar do IOF a recolher, como contribuinte, relativamente às operações de hedge o IOF devido nas demais operações com derivativos;
- não sendo possível efetuar o desconto, a pessoa jurídica exportadora poderá solicitar a restituição ou compensação do valor correspondente com imposto e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, exceto as contribuições sociais que especifica;
- a parcela do IOF descontado ou compensado não será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL;
- dispensada a exigência do IOF incidente sobre contratos de derivativos para os fatos geradores ocorridos entre 27-7 e 15-9-2011